

**GRUPO VIDA – BRASIL**  
**CNPJ 02.983.163/0001-67**

**REGULAMENTO PARA COMPRAS DE BENS**  
**E CONTRATAÇÃO DE OBRAS**  
**E SERVIÇOS**

# **REGULAMENTO PARA COMPRAS DE BENS E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS**

## **Conceituação - nossa prática**

Considerando a necessidade de atendimento aos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, igualdade e economicidade no dispêndio dos recursos da entidade *Grupo Vida - Brasil*, é que se estabelecem procedimentos para a compra de bens e contratação de obras e serviços.

## **Capítulo I - INTRODUÇÃO**

**Art. 1º** O presente regulamento tem por finalidade estabelecer normas, rotinas e critérios para compras de bens e contratação de obras e serviços do *Grupo Vida - Brasil*.

**Art. 2º** Para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras necessários as suas finalidades, a (o) *Grupo Vida - Brasil* observará os princípios da igualdade, legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e da economicidade.

## **Capítulo II - DA SELEÇÃO DE FORNECEDORES**

**Art. 3º** - A aquisição e a contratação de serviços e obras efetuar-se-ão mediante seleção de fornecedores.

Parágrafo único: Fica dispensado o procedimento de Seleção de Fornecedores, mediante prévia autorização por escrito da Diretoria Administrativa, nos seguintes casos:

I - aquisição de bens ou contratação de serviços diretamente do produtor, fabricante, importador ou de prestador de serviços quando não for possível entabular competição, vedada a preferência de marca, por se tratar de bem ou serviço único, sem similar a que se atribua mesma função ou eficiência;

II - inexistência de interessados na seleção regularmente realizada;

III - compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da *Grupo Vida - Brasil*, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o de mercado;

IV - compras de obra ou contratação de serviço ou obra de pequeno valor, assim consideradas aquelas cujo valor total não ultrapasse R\$ 500,00, vedada a aplicação dessa hipótese para fracionamento de compras ou contratações;

V - nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, mediante justificativa e concordância da coordenação da unidade;

VI - despesas relativas à inscrição e participação de seus funcionários em palestras, seminários ou cursos de capacitação ou aprimoramento profissional, de interesse do *Grupo Vida - Brasil*, desde que realizados por instituições de reconhecida qualidade;

VII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

**Art. 4º** A realização de seleção de fornecedores não obriga o *Grupo Vida - Brasil* a formalizar o contrato.

### **Capítulo III - DAS COMPRAS**

#### **Título I - Definição**

**Art. 5º** Considera-se compra toda aquisição de bens de consumo e materiais permanentes, com a finalidade de suprir o *Grupo Vida - Brasil* com os materiais necessários ao desenvolvimento de seus projetos e atividades assistenciais. O fornecimento poderá ocorrer de forma total ou parcial.

#### **Título II- Do procedimento de compras**

**Art. 6º** O procedimento de compras compreende o cumprimento das etapas a seguir especificadas:

- I - solicitação de cotação;
- II - seleção de fornecedores;
- III - apuração da melhor oferta;
- IV - emissão da requisição de compra (ordem de despesa).

**Art. 7º** O procedimento de compras terá início com o recebimento da requisição de compra, que deverá conter as seguintes informações:

- I - descrição pormenorizada do bem que deve ser adquirido;
- II - especificações técnicas;
- III - quantidade a ser adquirida;
- IV - prazo para utilização;
- V- regime de compra: rotina ou urgente;
- VI - informações sobre a movimentação do material no estoque.
- VII - projeto a que se destina.

**Art. 8º** Considera-se de urgência a aquisição de material inexistente no estoque, com imediata necessidade de utilização.

**§1º** O requisitante deverá justificar exaustivamente a necessidade de adquirir o bem em regime de urgência.

**§2º** O responsável pelas compras poderá questionar a Diretoria – ou quem for designado para isso - sobre a urgência da situação, caso conclua não estar essa condição caracterizada. A Diretoria – ou o substituto – decidirá sobre a existência de urgência da requisição imediatamente, informando ao responsável;

**§3º** Quando for utilizado o regime de urgência para a aquisição de material ou equipamento em falta no estoque, que comprometa o funcionamento do *Grupo Vida - Brasil*, a Diretoria Administrativa deverá apurar de quem é a responsabilidade por tal falha e adotar as providências cabíveis.

**Art. 9º** A Diretoria Administrativa – ou quem for designado – deverá selecionar criteriosamente as empresas que participarão da seleção, considerando idoneidade, qualidade e menor custo, além de garantia de manutenção, reposição de peças e atendimento de urgência, quando for o caso.

**Parágrafo único:** Para fins do disposto no “caput” deste artigo, considera-se de menor custo aquele que resulta da verificação e comparação do somatório de fatores utilizados para determinar o menor preço avaliado, que além de termos monetários, encerram um peso relativo para a avaliação das propostas envolvendo, entre outros, os seguintes aspectos:

1-custos de transporte até o local da entrega, incluindo seguro, se houver;

2-forma de pagamento;

3-prazo de entrega;

4-custos para operação do produto, eficiência e compatibilidade;

5-durabilidade do produto;

6-credibilidade mercadológica da empresa proponente;

7-disponibilidade de serviços;

8-eventual necessidade de treinamento de pessoal;

9-qualidade do produto.

**Art.10** O processo de seleção compreenderá a cotação entre os fornecedores que deverá ser feita, no mínimo, na seguinte quantidade:

I-compras no valor de até R\$8.000,00 (oito mil reais) – 03 (três) cotações com diferentes fornecedores;

II- compras acima do valor de R\$8.000,00 (oito mil reais) – 04 (quatro) cotações com diferentes fornecedores.

**§1º** Para as compras realizadas em regime de urgência serão feitas três cotações, através de fax ou e-mail;

**§2º** Quando não for possível realizar o número de cotações estabelecido no presente artigo, a Diretoria do *Grupo Vida - Brasil* - ou quem for designada – autorizará ou não a compra com o número de cotações que houver, mediante justificativa.

§3º É obrigatória, a consideração de qualquer proposta encaminhada ao do *Grupo Vida - Brasil* para a aquisição de bens e serviços que lhe tenha sido dirigida, ainda que o proponente não conste da relação de fornecedores cotados na seleção, devendo, nesse caso, ser solicitado do proponente prova de idoneidade fiscal e financeira.

**Art. 11º** Os Pedidos de Cotação serão divulgados sempre que possível na página da entidade na Internet por meio de solicitação de compra/serviço simplificada e obrigatoriamente, em quadro afixado na entrada do escritório da Administração do *Grupo Vida - Brasil*, de modo a fomentar a publicidade sobre o interesse na aquisição do bem ou produto.

**Art. 12º** O Pedido de Cotação poderá ser feito por todos os meios válidos de comunicação, tais como Internet, fax, e-mail ou carta, levando-se a termo as cotações obtidas.

**Art. 13º** A melhor oferta será apurada considerando-se os procedimentos contidos no presente Regulamento e será apresentada aos responsáveis pelo encaminhamento a quem competirá aprovar a realização da compra. Na falta do encarregado, cabe ao seu substituto a aprovação da compra.

**Art. 14º** Após aprovada a compra e celebrado contrato, se houver, será emitido pedido de compra, com o arquivamento de uma via dela para registro contábil e prestação de contas.

**Art. 15º** Também serão arquivados contrato formal efetuado com o fornecedor, se houver nota fiscal, fatura recibo ou qualquer outro documento que comprove a prestação do serviço ou entrega do bem ou produto objeto da compra.

**Art.16º** O recebimento dos bens e materiais será realizado pelo responsável pelo recebimento da nota fiscal, fatura, recibo, ou documento equivalente do fornecedor, e conferência dos materiais, consoante às especificações contidas na ordem de despesa ou na cotação.

**§1º** Deverá ser realizada a conferência da autenticidade da nota fiscal, mediante consultas aos sites das Receitas Federal, Estadual e Municipal.

**§2º** Caso seja constatada irregularidade na emissão da Nota Fiscal ou na situação legal do Fornecedor, esta deverá ser comunicada imediatamente a Diretoria e proceder ao cancelamento da compra e devolução do material.

#### **Título IV - Das compras de pequeno valor**

**Art. 17º** Para fins do presente Regulamento considera-se compra de pequeno valor a aquisição de bens de consumo inexistentes no estoque e sem previsão de consumo, adquiridas através de nota fiscal, cujo valor total não ultrapasse **R\$ 500,00** (trezentos reais) à época da aquisição.

**Art. 18º** As compras de pequeno valor estão dispensadas do procedimento de seleção de fornecedores.

**Art.19º** As compras de pequeno valor deverão ser comprovadas através de nota fiscal, fatura recibo ou de outro documento fiscal a *Grupo Vida - Brasil*, aplicando-se os procedimentos previstos nos § 1º e § 2º do Art. 16º deste Regulamento.

## **Título V - Do fornecedor exclusivo**

**Art. 20º** A compra de bens de consumo e materiais permanentes fornecidos com exclusividade por um único fornecedor está dispensada do procedimento de seleção de fornecedores, aplicando-se a ela, todavia, os mesmos procedimentos previstos nos §1º e §2º do Art. 16º deste Regulamento.

**Art. 21º** A condição de fornecedor exclusivo será comprovada através de qualquer meio idôneo, inclusive por meio de carta de exclusividade apresentada pelo fornecedor.

## **Capítulo IV - DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS**

### **Título I - Definição**

**Art. 22º** Para fins do presente Regulamento considera-se obra toda construção, reforma recuperação ou ampliação, realizada por terceiros.

### **Título II - Da contratação**

**Art. 23º** Para a realização de obras deverão ser elaborados previamente os projetos básicos e executivos, bem como o cronograma físico – financeiro, a seguir definidos:

I - projeto básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o complexo de obras, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução:

II- projeto executivo - conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

III - cronograma físico - financeiro - documento contendo a previsão de prazo de execução de cada etapa da obra e respectivo desembolso financeiro.

**Art. 24°** Na elaboração dos projetos básico e executivo deverão ser considerados os seguintes requisitos:

- I - segurança;
- II - funcionalidade e adequação ao interesse público;
- III - economia na execução, conservação e operação;
- IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- VI - adoção das normas técnicas adequadas;
- VII - avaliação de custo, definição de métodos e prazo de execução.

**Art. 25°** As obras poderão ser executadas nos seguintes regimes:

- I - empreitada global - quando se contrata a execução da obra e fornecimento de materiais por preço certo e global;
- II - empreitada de labor - quando se contrata apenas mão de obra por preço certo de unidades determinadas.

**Parágrafo único:** Caberá à Diretoria determinar o regime de contratação da obra.

**Art. 26°** O processo de contratação da empresa deverá obedecer às seguintes etapas:

- I - seleção;
- II - apuração da melhor proposta;
- III - celebração do contrato.

**Art. 27°** A Diretoria *Grupo Vida - Brasil* - ou quem for designada - deverá selecionar criteriosamente as empresa que participarão da seleção, considerando o regime de contratação, a idoneidade da empresa, a qualidade e o menor custo, definido no parágrafo único do Art. 9° deste Regulamento.

**Art. 28°** A empresa selecionada deverá apresentar proposta de execução da obra nos moldes do projeto de execução, indicando o prazo de execução da obra e o custo total.

Deverá, também, apresentar os seguintes documentos:

- I - cópia do contrato social registrado na junta comercial ou no órgão competente;
- II - cópia do balanço social do último exercício, já exigível, na forma da lei;
- III – certidões públicas de inexistência de débito:
  - a) municipais, estaduais e federal;
  - b) certidão negativa de débito do INSS;
  - c) certificado de regularidade do FGTS.

**Art. 29°** O processo de seleção compreenderá a cotação entre, no mínimo, três diferentes empresa do ramo.

**Art. 30°** A melhor proposta será apurada considerando-se os princípios contidos no Art. 2° do presente Regulamento e será apresentada à Diretoria, a quem competirá, exclusivamente, aprovar a realização da obra.

**Art. 31°** - Não poderá participar do processo de seleção, direta ou indiretamente:

I - o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica:

II – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - empregado ou dirigente da entidade.

**§ 1º** É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na seleção do empreiteiro ou na execução da obra, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da entidade.

**§2º** Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o empreiteiro.

### **Titulo III - Do contrato**

**Art. 32°** O contrato de empreitada regular-se-á pelas suas cláusulas, pelo direito civil e pelos princípios da teoria geral dos contratos.

**Parágrafo único:** O contrato deve estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**Art. 33°** São cláusulas necessárias ao contrato de empreitada:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II- o regime de execução;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início e término;

V - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VI- os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VII - os casos de rescisão;

VIII - a obrigação do empreiteiro de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições existentes na seleção.



## **Título IV - Da Fiscalização**

**Art. 34°** A execução da obra deverá ser fiscalizada de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, condições e especificações previstas no contrato e no projeto de execução.

**Art. 35°** A fiscalização poderá ser executada por pessoa física ou jurídica, especialmente contratada para esta finalidade, aplicando-se a esta contratação todos os impedimentos estabelecidos no Art. 31° do presente Regulamento.

**Art. 36°** Caberá à fiscalização:

I - rejeitar os serviços ou materiais que não correspondam às condições e especificações estabelecidas em contrato;

II - verificar se os valores cobrados correspondem aos serviços efetivamente executados;

III - acompanhar o ritmo de execução da obra, informando à Diretoria Administrativa as irregularidades detectadas;

IV - emitir parecer final, ao término da obra, recomendando ou não sua aceitação.

## **Título V - Dos controles**

**Art. 37°** A Diretoria deverá exigir a atualização das certidões mencionadas no Art. 28° e somente poderá autorizar o pagamento das faturas mediante a apresentação da seguinte documentação:

I - cópia autenticada da folha de pagamento de salários, férias e décimo terceiro salário, elaborada separadamente para os empregados que trabalham na obra;

II - cópia autenticada da Guia de Recolhimento da Previdência Social correspondente à folha de pagamento apresentada, contendo as seguintes especificações:

III - cópia autenticada da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS.

**Parágrafo único:** A Diretoria deverá reter o pagamento caso a empresa não apresente os documentos mencionados no presente artigo.

## **Capítulo V - DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

### **Título I - Definição**

**Art. 38°** Para fins do presente Regulamento considera-se serviço a prestação de trabalho de qualquer natureza, quando não integrantes de execução de obra, a seguir incluída, mas não limitadas: serviços artísticos, hospedagem, alimentação, produção artística, serviços gráficos, transporte, locação de bens, publicidade, seguro, consultoria, assessoria, serviços técnicos especializados, demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação e manutenção.

## **Título II - Da contratação**

**Art. 39º** Aplicam-se à contratação de serviços terceirizados, no que couberem, as regras estabelecidas nos Capítulos III e IV do presente Regulamento.

**Art. 40º** O procedimento de contratação de serviços terá início com o recebimento da solicitação de cotação, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I- descrição pormenorizada do serviço que deve ser contratado;
- II - especificações técnicas;
- III - condições de pagamento e prazo de realização do serviço.

**Art. 41º** Considera-se de urgência o serviço, de natureza comum, cuja execução seja de necessidade imediata para garantir o bom funcionamento das atividades da (*nome da entidade*) e para o qual, por motivos de força maior, não haja prazo suficiente para realizar o procedimento padrão de cotação.

**Parágrafo único:** Para contratação de serviço em regime de urgência aplicam-se, no que couberem, os mesmos procedimentos previstos para compras de urgência, estabelecidos no Capítulo III deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 42º** Os casos omissos ou duvidosos na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pela Diretoria *Grupo Vida – Brasil*, com base nos princípios gerais de direito.

**Art.43º** Os valores estabelecidos no presente regulamento poderão ser semestralmente revistos e atualizados pela Diretoria *Grupo Vida - Brasil*, se necessário.

**Art. 44º** Ao *Grupo Vida - Brasil* fica vedada a manutenção de qualquer tipo de relacionamento comercial ou profissional com pessoas físicas ou jurídicas que tenham outros relacionamentos com seus dirigentes que possuam poder de decisão.

José Carlos Primavera Cardoso - Diretor Presidente

Pedro Garaude Neto - Diretor Tesoureiro